

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública federal vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República por meio da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, nos termos da Lei nº 13.334 de 13/09/2016, criada pela Lei Federal nº 12.404, de 04/05/2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012, com sede em Brasília/DF, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. E tem por objeto social:

I - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias; e

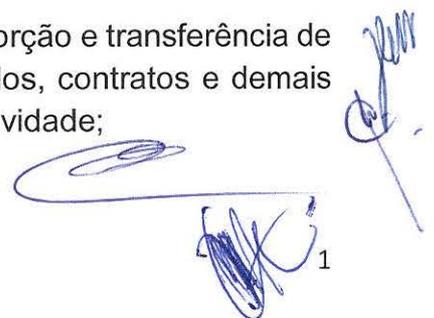
II - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário.

Compete ainda a EPL:

I - elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de logística e transportes;

II - realizar e promover pesquisas tecnológicas e de inovação, isoladamente ou em conjunto com instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento e sociedades nacionais, de modo a subsidiar a adoção de medidas organizacionais e técnico-econômicas do setor, tendo por referência o desenvolvimento científico e tecnológico mundial, realizando as gestões pertinentes à proteção dos direitos de propriedade industrial eventualmente decorrentes;

III - planejar, exercer e promover as atividades de absorção e transferência de tecnologia no setor de transportes, celebrando e gerindo acordos, contratos e demais instrumentos congêneres necessários ao desempenho dessa atividade;



1

IV - participar das atividades relacionadas ao setor de transportes, nas fases de projeto, fabricação, implantação e operação, visando a garantir a absorção e a transferência de tecnologia;

V - promover a capacitação e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento nas instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos, voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, e sociedades nacionais, inclusive de tecnologia industrial básica, relacionadas ao setor de transportes;

VI - subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações no âmbito das políticas de logística e transporte, de modo a propiciar que as modalidades de transporte se integrem umas às outras e, quando viável, a empreendimentos de infraestrutura e serviços públicos não relacionados manifestamente a transportes;

VII - planejar e promover a disseminação e a incorporação das tecnologias utilizadas e desenvolvidas no âmbito do setor de transportes em outros segmentos da economia;

VIII - obter licença ambiental necessária aos empreendimentos na área de infraestrutura de transportes;

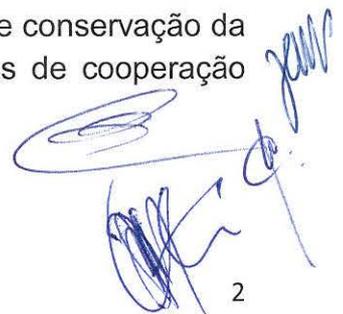
IX - desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes;

X - acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;

XI - promover estudos voltados a programas de apoio, modernização e capacitação da indústria nacional, objetivando maximizar a participação desta no fornecimento de bens e equipamentos necessários à expansão do setor de transportes;

XII - elaborar estudos de curto, médio e longo prazo, necessários ao desenvolvimento de planos de expansão da infraestrutura dos setores de logística e transportes;

XIII - propor planos de metas voltados à utilização racional e conservação da infra e superestrutura de transportes, podendo estabelecer parcerias de cooperação para esse fim;



XIV - coordenar, executar, fiscalizar e administrar obras de infra e superestrutura de transporte ferroviário de alta velocidade;

XV - administrar e explorar o patrimônio relacionado ao transporte ferroviário de alta velocidade, quando couber;

XVI - promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e demais sistemas a serem utilizados no transporte ferroviário de alta velocidade com as especificações técnicas de segurança e interoperabilidade do setor;

XVII - promover a desapropriação ou instituição de servidão dos bens necessários à construção e exploração de infraestrutura para o transporte ferroviário de alta velocidade, declarados de utilidade pública por ato do Presidente da República;

XVIII - administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária de alta velocidade nas ferrovias outorgadas à EPL;

XIX - prestar serviços aos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em assuntos de sua especialidade;

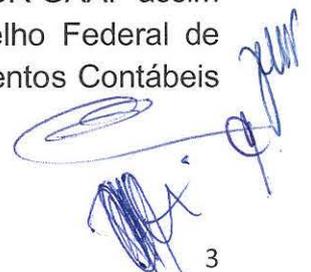
XX - elaborar estudos especiais a respeito da demanda global e intermodal de transportes, por regiões, no sentido de subsidiar a incorporação desses elementos na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, especialmente daquelas que tenham por finalidade estimular o desenvolvimento do sistema logístico nas Regiões Norte e Nordeste e em outras áreas territoriais abrangidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

XXI - elaborar projetos básico e executivo de obras de infraestrutura de transportes; e

XXII - exercer outras atividades pertinentes ao seu objeto, conforme previsão do Estatuto Social.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E BASE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

a) As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC);



b) As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;

c) A EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao orçamento, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964 e aspectos societários da Lei nº 6.404/76 em relação à apresentação das Demonstrações Contábeis, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09;

d) As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério de liquidez e natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados;

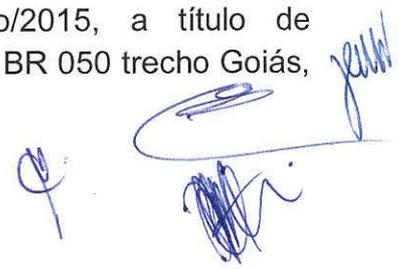
e) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes;

f) As provisões para contingências são constituídas nas demonstrações contábeis com base na opinião da Procuradoria Jurídica Geral, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pela Procuradoria Jurídica estão divulgadas na nota explicativa nº 3.28 com base na perda histórica, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

NOTA 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICADAS

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

3.1 – BANCO CONTA MOVIMENTO/TESOURO - R\$ 4.218.076,64 correspondem a saldo em 31.12.2016, do disponível na conta única limite de saque, correspondente a saldo de recursos de custeio e de investimentos nos valores de R\$ 1.404.381,36 e R\$ 2.813.695,28, recebidos em dezembro/2015, a título de ressarcimento dos custos para obtenção de licença ambiental da BR 050 trecho Goiás, com a seguinte distribuição por fonte:



FONTE	2016	2015
0100 – Outros Pag. Pessoal – Órgãos Integr.	270.142,79	141.570,94
0100 – Pessoal Requisitado	188.781,89	91.476,92
0100 – Pagamento de Pessoal	2.507,18	59.394,23
0100 - Custeio/Invest. C/ Exig. De Empenho	566.209,74	529.162,51
0250 – Custeio / Investimento-Rec. Próprio	2.821.382,28	2.813.695,28
0100 - Pagamento de Cartão de Crédito	543,46	543,46
0100 – Custeio/Invest. PAC	353.864,31	406.883,94
0100 – Custeio e Investimento	4.109,08	4.109,08
0100 - Custeio Pagto Pessoal/Auxílios	1.232,23	768,04
0190 – Passivo Financeiro	9.303,68	00
Total	4.218.076,64	4.047.604,40

3.2 – APLICAÇÃO FINANCEIRA - R\$ 7.095.183,92 Caixa Econômica Federal corresponde ao valor da integralização inicial mínima do Capital Social acrescido dos rendimentos de aplicação financeira na referida Caixa, agência governo, tendo obtido uma variação positiva de 11,43% com relação à 31.12.2015.

3.3 – CONTA VINCULADA - R\$ 4.151,22 correspondente a caução em garantia em moeda corrente feita por prestador de serviço R\$ 3.980,20 e R\$ 171,02 - saldo da conta salário não depositado pelo banco na conta do credor.

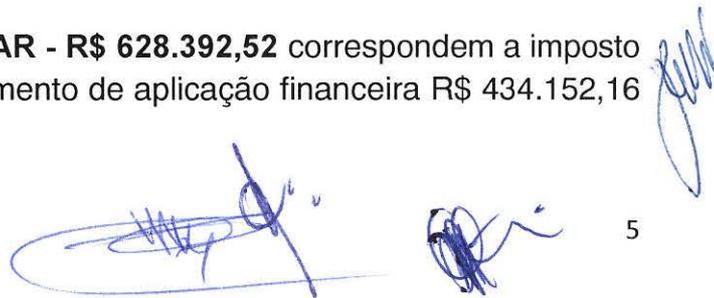
3.4 – OUTROS CRÉDITOS – R\$ 9.026.548,07 com a seguinte composição:

- Estoque	136.781,91
- Adiantamento a Empregados	259.345,92
- Impostos a Recuperar	628.392,52
- Créditos a Receber	962.680,64
- Despesas Diferidas/Outros Créditos	82.553,69
- Descentralização de Créditos	6.584.654,64
- Depósito Recursal	372.139,75
TOTAL	9.026.548,07

3.5 – ESTOQUE - R\$ 136.781,91 correspondem aos bens de consumo existentes no Almojarifado em 31.12.2016, para serem consumidos pelas áreas da EPL, com predominância em material de expediente.

3.6 – ADIANTAMENTO A EMPREGADOS - R\$ 259.345,92 correspondem a adiantamentos feitos a diversos colaboradores da EPL, referentes a férias e 13º salário.

3.7 – IMPOSTOS A RECUPERAR - R\$ 628.392,52 correspondem a imposto de renda descontado na fonte sobre rendimento de aplicação financeira R\$ 434.152,16



que poderá ser compensado para pagamento de IRPJ sobre lucros ou pedido de restituição; INSS pago a maior em 2013 R\$ 178.797,94 o qual foi solicitado restituição à Receita Federal; IR/Contribuição Social pagos a maior em 2015, R\$ 15.442,42.

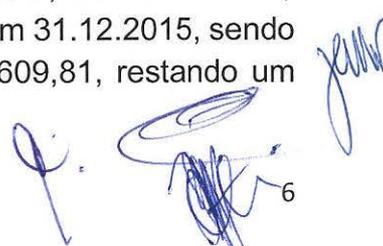
3.8 – CRÉDITOS A RECEBER - R\$ 962.680,64 correspondem à aplicação de duas multas a prestador de serviços, ainda não quitadas pelo devedor.

3.9 – DESPESAS DIFERIDAS/OUTROS CRÉDITOS A RECEBER - R\$ 82.553,69 correspondem a pagamento do condomínio do edifício sede da EPL para apropriação com despesas em janeiro/2017 R\$ 79.343,75, para evitar juros/multas, e outros créditos no valor de R\$ 3.209,94.

3.10 – ADIANTAMENTO PARA TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA, ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E TERMO DE COMPROMISSO - R\$ 6.584.654,64 correspondem ao saldo dos recursos transferidos em decorrência da celebração de Termo de Execução Descentralizada – TED, Acordo de Cooperação Técnica – ACT e Termo de Compromisso – TC, para execução de estudos e pesquisa bem como o fortalecimento institucional da EPL na melhoria da eficiência dos modelos de gestão para o planejamento do sistema de Transportes no Brasil, variação negativa de 28,95%, em relação ao exercício de 2015.

OBJETO	2015 – R\$	2016 – R\$	VARIAÇÃO %
TED – IPEA	0,00	349.200,00	100,00
ACT – PNUD	8.196.932,71	5.312.322,90	(35,19)
TC – DERSA	923.131,74	923.131,74	0,00
TED – FUB	148.000,00	0,00	(100,00)
TOTAL	9.268.064,45	6.584.654,54	(28,95)

- a) **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA – IPEA:** Em 2016, a EPL celebrou o Termo de Execução Descentralizada com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, nº 01/2016, no valor de R\$ 2.355.884,00, foi repassado o valor de R\$ 349.200,00 no exercício de 2016, considerando que ainda não houve a entrega dos respectivos produtos em 2016 este saldo ficou registrado na conta de adiantamentos a comprovar no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal).
- b) **ACORDO COOPERAÇÃO TÉCNICA – PNUD:** Trata-se do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2013, celebrado entre a EPL SA e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no valor de R\$ 17.211.202,08, havia um saldo de R\$ 8.196.932,71 em 31.12.2015, sendo que em 2016 foi comprovado o valor de R\$ 2.884.609,81, restando um



saldo registrado na conta adiantamentos disponível para utilização no SIAFI de R\$ 5.312.322,90.

- c) **TERMO DE COMPROMISSO - DERSA:** Celebrado o Termo de Compromisso nº 01/2015 entre a EPL SA e a DERSA – Desenvolvimento Rodoviário SA, no valor de R\$ 8.058.734,55. Houve a transferência da primeira parcela no valor de R\$ 923.131,74, em 2015, e a mesma se encontra registrada na conta adiantamentos a comprovar no SIAFI em 2016, mediante entrega do produto.
- d) **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA – FUB:** Celebrado Termo de Execução Descentralizada entre a EPL SA e a Fundação Universidade de Brasília – FUB havia um saldo de R\$ 148.000,00 em 2015, comprovado o mesmo valor no exercício de 2016, ficando com saldo zero.

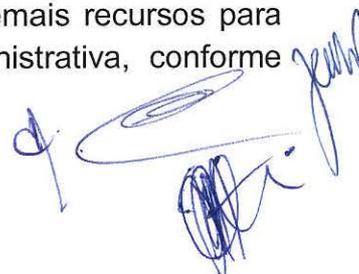
3.11 – DEPÓSITOS RECURSAIS/JUDICIAIS - R\$ 372.138,75 são depósitos feitos para interposição de recursos pela EPL, em ações trabalhistas e de responsabilidade subsidiária no valor de R\$ 80.494,03 e depósitos judiciais no valor de R\$ 291.644,72, variação de 1.421,92%, conforme demonstrativo abaixo:

DEPÓSITOS	2015 R\$	2016 R\$	VARIAÇÃO %
Recursal	24.451,95	80.494,03	229,19
Depósito Judicial	0,00	291.644,72	100,00
TOTAL	24.451,95	372.138,75	1.421,92

Em depósito recursal, houve variação de 229,19% considerando que em 2016 foram efetuados sete novos depósitos recursais, por determinação judicial.

Em depósito judicial, houve reclassificação do depósito feito em 2015 por conta do prestador de serviço, cujo depósito tinha sido compensado do crédito que a prestadora de serviços tinha direito, face à rescisão unilateral do contrato pela EPL, porém por orientação nos autos do processo judicial e considerando que a EPL figura como subsidiária, retornou-se à obrigação a pagar e apropriou-se o depósito judicial.

3.12 – ATIVO NÃO CIRCULANTE: Corresponde às aplicações de recursos recebidos como AFAC em projetos da atividade fim da EPL e demais recursos para investimento, para aplicação em imobilizado da atividade administrativa, conforme demonstramos:





NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2016

TITULO	31/12/2015	AQUISIÇÕES E BAIXAS	DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL	VALOR RESIDUAL
BENS MÓVEIS	16.772.475,30	8.851,59	9.181.381,79	%	7.599.945,10
Mobiliário em Geral	2.288.511,23		833.505,60	10%	1.455.005,63
Maquinas e Equipamentos	68.454,79		10.344,60	10%	58.110,19
Aparelhos	9.147,00	5.069,22	3.026,78	10%	11.189,44
Computadores e Periféricos	7.057.559,82	(1.560,00)	4.932.103,78	20%	2.123.896,04
Biblioteca	14.762,78	2.657,37	3.534,03	10%	13.886,12
Equipamentos de Telecomunicação	250.950,00		155.540,00	20%	95.410,00
Software	4.505.936,45		2.342.756,01	20%	2.163.180,44
Equipamentos Energia Elétrica	2.494.646,00		874.787,23	10%	1.619.858,77
Utensilio de Copa e Cozinha	2.249,00		700,48	10%	1.548,52
Aparelho de Medição e Orientação	3.200,00		799,95	10%	2.400,05
Equipamento para Áudio Vídeo Foto	2.780,00	2.685,00	827,62	10%	4.637,38
Outros Bens de Uso Duradouro	74.278,23		23.455,71	10%	50.822,52
BENS IMÓVEIS	2.644.161,33		2.019.875,07	%	624.286,26
Instalações em Bens de Terceiros	2.644.161,33		2.019.875,07	20%	624.286,26
TOTAL DO IMOBILIZADO	19.416.636,63	8.851,59	11.201.256,86		8.224.231,36
INTANGÍVEL	57.399.590,95	16.269.483,60	28.527.180,20	%	45.141.894,35
Cessão de Uso de Programa de Informática	5.679.128,90		3.754.277,69	20%	1.924.851,21
CT-21/2013 - Axiomas do Brasil	16.178.255,96	(406.400,00)	9.135.681,46	20%	6.636.174,50
CT - 21 - 2012 - Centro Von Braun	2.244.813,10	(268.710,35)	1.391.078,26	20%	585.024,49
CT-33/2013 - Instituto Olhar	4.673.600,00	406.400,00	2.336.799,97	20%	2.743.200,03
CT - 12/2014 Mark Sistema	1.489.000,00		524.872,56	20%	964.127,44



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2016

CT 012/2013 BR-116 - STE	3.555.909,86	1.354.632,34	1.322.648,03	20%	3.587.894,17
CT - 09/2014 - BR/153 PROFILL	4.499.885,90	(1.409.711,01)	1.039.054,30	20%	2.051.120,59
CT - 04-2014 BR-153/262 – MRS	1.758.912,96	1.977.635,90	1.298.680,45	20%	2.437.868,41
CT- 32-2013 BR-101/324/367-Prosul	1.643.533,80	936.403,17	757.431,23	20%	1.822.505,74
CT - 06 - 2014 BR-163 - JGP	4.575.008,30	384.868,31	1.757.765,10	20%	3.202.111,51
CT - 15/2014 BR/262 - Prosul	1.141.797,84	887.949,08	520.099,23	20%	1.509.647,69
013/2013 BR/040 - STE	1.781.303,33	4.161.208,41	2.169.679,96	20%	3.772.831,78
Projeto Pnud BRA 13-013	5.229.599,59	2.747.247,54	1.575.891,45	20%	6.400.955,68
CT - 02-2015 BR/101 - STE/SISCON	657.815,36	1.030.180,32	314.579,04	20%	1.373.416,64
CT - 02/2016 - SPAZIO	505.203,33		40.205,35	20%	464.997,98
CT-17/2015 BR/367 - MRS	1.785.822,72		164.877,36	20%	1.620.945,36
Projeto da Modelagem - TAV - FUB		688.103,20	37.347,09	20%	650.756,11
CT - 16/2015 BR/156/476/282/480 – MRS		2.225.546,36	220.998,53	20%	2.004.547,83
Origem e Destino Acordo de Cooperação IPEA		70.620,00	8.239,00	20%	62.381,00
CT 03-2016 BR/364/365 - STE		1.050.000,00	41.250,00	20%	1.008.750,00
CT 01-2016 EF/151 - MPB/ENECON		164799,98	8.240,00	20%	156.559,98
CT - 27 - 2013 Imagem Geosistemas		268710,35	107.484,14	20%	161.226,21

Houve variação de 19,65% neste grupo, motivada principalmente pelo acréscimo do Intangível em R\$ 17.992.039,96, comparado a 2015. Para aplicação da depreciação e amortização, foram utilizados os princípios do Regulamento do Imposto de Renda, Decreto nº 3.000/99.

3.13 – IMOBILIZADO LÍQUIDO - R\$ 8.224.231,36 correspondem ao valor do imobilizado, deduzido da depreciação e amortização, conforme quadro supra.

3.14 – BENS MÓVEIS - R\$ 7.599.945,10.

3.15 – BENS IMÓVEIS - R\$ 624.286,26.

3.16 – BENS INTANGÍVEIS – R\$ 45.141.894,35 correspondem aos estudos e projetos em consonância com a política de transportes do Governo Federal, ocorreram

as reclassificações durante o exercício de 2016, compatibilizando as execuções dos projetos, com os contratos assinados.

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

3.17 – PASSIVO CIRCULANTE - R\$ 2.696.808,55 correspondem aos registros contábeis das dívidas da EPL, até 31.12.2016.

3.18 – CONTAS A PAGAR - R\$ 1.290.604,38 – Composto por:

- Fornecedores	1.188.065,01
- Consignações a Recolher	4.818,74
- Encargos Sociais a Recolher	93.740,43
- Caução de Terceiros	3.980,20

3.19 – FORNECEDORES - R\$ 1.188.065,01 que correspondem à apropriação de fatura de prestação de serviços - R\$ 1.187.243,97 e empresas de fornecimento de água R\$ 821,04.

3.20 – CONSIGNAÇÕES A RECOLHER - R\$ 4.818,74 que correspondem a descontos efetuados sobre a folha de pagamento do mês de dezembro/2016, a saber:

- INSS	993,86
- Imposto de Renda	3.824,88

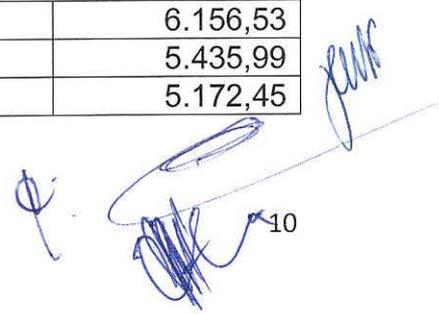
3.21 – ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER - R\$ 93.740,43 correspondem ao valor de R\$ 120.691,86 referente ao FGTS a recolher deduzido do valor de R\$ 26.951,43 correspondente ao INSS recolhido a maior. A variação de 115,39% em relação a 2015, corresponde ao valor de R\$ 43.520,37 de INSS a recolher.

3.22 – CAUÇÃO DE TERCEIROS - R\$ 3.980,20 correspondem a cauções efetuadas em moeda corrente, para garantia de prestação de serviços por parte de empresas contratadas.

3.23 – OUTROS DÉBITOS - R\$ 1.406.204,17 correspondem a Provisões trabalhistas para férias e 13º salário R\$ 1.389.439,20 e Credores Diversos R\$ 16.764,97.

3.24 – CREDORES DIVERSOS - R\$ 16.764,97 se referem a pequenos valores pendentes de pagamentos, compostos por:

- IRRF não recolhido, em análise para compensação	6.156,53
- Direitos Trabalhistas	5.435,99
- Pensão alimentícia não depositada pela CEF	5.172,45



3.25 – PROVISÕES - R\$ 1.389.439,20 correspondem a provisões trabalhistas efetuadas de acordo com o regime de competência, tendo uma variação negativa de 13,17%, conforme demonstrado abaixo:

TÍTULO	2015	2016	VARIAÇÃO %
Provisão Férias+ 1/3	1.169.755,40	876.659,48	(25,06)
Provisão INSS s/Férias	336.889,56	431.714,15	28,15
Provisão FGTS s/Férias	93.580,43	81.065,57	(13,37)
TOTAL	1.600.225,39	1.389.439,20	(13,17)

3.26 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE – R\$ 27.290.004,15 este grupo é composto pelas contas Crédito para Aumento de Capital no valor de R\$ 25.611.007,90 e Provisões para Causas Trabalhistas e Cíveis no total de R\$ 1.678.996,25.

3.27 – CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL - R\$ 25.611.007,90 correspondem ao saldo dos adiantamentos para aumento de capital – AFACs, decorrentes de repasses recebidos no período de novembro de 2015 a dezembro de 2016, para aplicação em investimentos, totalizando R\$ 14.682.650,39, mais a atualização monetária aplicada pela taxa SELIC nos termos do Decreto nº 6.673/98, que totalizam R\$ 10.928.357,51.

3.28 – PROVISÕES PARA CAUSAS TRABALHISTAS/CÍVEIS – R\$ 1.678.996,25 correspondem a provisões constituídas como prevenção para prováveis questões trabalhistas e cíveis, com base em informações prestadas pela Procuradoria Jurídica Geral desta EPL:

PROCESSO	ORIGEM	2015 – R\$	2016 – R\$
072590-04.2014.4.01.3400	Cível	1.217.763,90	1.217.763,90
001381-03.2014.5.10.0017	Trabalhista	50.000,00	50.000,00
001429-95.2014.5.10.0005	Trabalhista	40.000,00	40.000,00
001645-68.2014.5.10.0001	Trabalhista	61.616,10	0,00
001689-60.2014.5.10.0010	Trabalhista	30.000,00	30.000,00
001719-71.2014.5.10.0018	Trabalhista	30.000,00	30.000,00
002108-68.2014.5.10.0014	Trabalhista	9.000,00	0,00
000853-38.2015.5.10.0015	Trabalhista	35.870,71	35.870,71
001045-65.2015.5.10.0016	Trabalhista	37.233,73	37.233,73
000834-26.2015.5.10.0017	Trabalhista	36.988,84	0,00
001017-05.2015.5.10.0008	Trabalhista	35.870,71	35.870,71
005006-56.2015.5.10.0002	Trabalhista	0,00	80.000,00
005013-88.2015.5.10.0021	Trabalhista	0,00	40.000,00
000107-42.2016.5.10.0014	Trabalhista	0,00	80.000,00
001612-08.2015.5.10.0013	Trabalhista	0,00	2.257,20
TOTAL		1.584.343,99	1.678.996,25

3.29 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ 43.723.272,86 representado nestas demonstrações financeiras pelas rubricas Capital Social Integralizado no valor de R\$ 83.562.951,26 reduzido pelos Prejuízos Acumulados no valor de R\$ 39.839.678,40;

3.30 – CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO - R\$ 83.562.951,26 em 20 de dezembro de 2016, o Capital Social foi alterado de R\$ 50.000.000,00 para R\$ 83.562.951,26 com a integralização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs, no valor de R\$ 33.562.951,26, nos termos do Decreto s/n de 24 de agosto de 2016.

3.31 – PREJUÍZOS ACUMULADOS - R\$ 39.839.678,40 correspondem aos prejuízos obtidos pela EPL no exercício de 2013 a 2016, na qualidade de empresa pública dependente, face apropriação de despesas consideradas somente econômicas, como depreciação e amortização, provisões de férias, 13º salário e os encargos sociais correspondentes.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

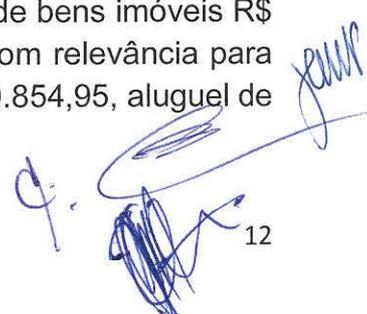
3.32 – RECEITAS OPERACIONAIS - R\$ 43.307.536,40 correspondem as receitas de repasses de subvenções governamentais para manutenção do custeio. Comparando com o exercício de 2015, houve acréscimo de 2,08%.

3.33 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS - R\$ 58.345.511,92 todas as despesas correntes são consideradas despesas operacionais/administrativas. Estas despesas variaram 2,31% comparadas às mesmas despesas de 2015, detalhadas a seguir:

3.34 – PESSOAL E ENCARGOS - R\$ 29.452.648,72 correspondem a pagamento de colaboradores, pessoal requisitado com ônus, diretores e conselheiros. Variaram 2,49% comparando com 2015.

3.35 – MATERIAL DE CONSUMO - R\$ 26.378,86 correspondem basicamente a material de expediente, peças de reposição e manutenção e pequenas despesas com combustíveis e lubrificantes limitadas para manutenção de um gerador de energia.

3.36 – SERVIÇOS DE TERCEIROS - R\$ 10.054.397,86 correspondem as despesas com a manutenção da EPL, com relevância para aluguel de bens imóveis R\$ 5.509.879,99, Serviços Técnico Pessoa Jurídica R\$ 1.678.098,31 (com relevância para suporte técnico de informática R\$ 1.153.666,35), condomínio R\$ 859.854,95, aluguel de



bens móveis R\$ 671.451,42, Vigilância R\$ 523.948,26 e Limpeza R\$ 172.396,80. As despesas com esta rubrica tiveram uma redução de 3,21% comparadas a 2015.

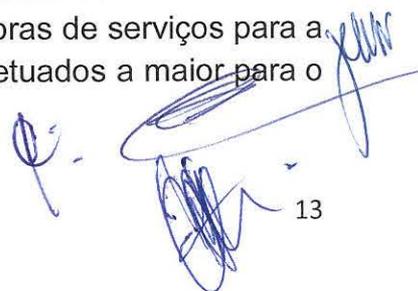
3.37 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - R\$ 1.894.213,33 nesta rubrica, estão alocadas as despesas com alimentação do trabalhador – R\$ 762.264,88 energia elétrica – R\$ 334.755,87, jornais, revistas e publicações – R\$ 102.442,01 assistência médica – R\$ 241.743,49, passagens R\$ 109.789,44 e outras despesas de menor valor. Relacionadas com as despesas de 2015 classificadas nesta mesma rubrica, tiveram um acréscimo de 0,78%.

3.38 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS - R\$ 218.659,04 correspondem a pequenas despesas pagas com destaque para IPTU R\$ 92.242,42, taxa para licenciamento ambiental ao IBAMA R\$ 60.390,70 e contribuição confederativa patronal R\$ 49.912,19. Comparadas com as mesmas despesas de 2015, houve uma variação negativa de 82,36%, motivada pela redução em 2016 de uso de recursos de custeio para pagamento de taxas do IBAMA, para obtenção de licença ambiental e alteração do método de contabilização classificando o valor das taxas de licenciamento ambiental como custo do empreendimento.

3.39 – DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO - R\$ 16.499.214,11 correspondem às despesas apropriadas referentes a depreciação dos bens móveis próprios, amortização de bens imóveis de terceiros e amortização de intangíveis, com relevância: Amortização dos intangíveis R\$ 12.069.428,28, relativos a projetos para licenciamentos ambientais, projetos de origem e destino de cargas e passageiros, bem como projeto estudo e pesquisa com característica da demanda de transportes de cargas no Brasil; Amortização de instalação em bens de terceiros R\$ 440.693,57; Amortização de cessão de uso de software: R\$ 1.992.301,25; depreciação de bens móveis - R\$ 1.812.777,35; depreciação de mobiliário - R\$ 171.638,37, variação de 25,32% considerando que essa depreciação/amortização foi aplicada tanto sobre os bens existentes em 31.12.2015, como os adquiridos em 2016.

3.40 – DESPESAS COM PROVISÃO PARA CAUSAS TRABALHISTAS - R\$ 200.000,00 correspondem à provisão feita para atender prováveis perdas com questões trabalhistas que tem como reclamante ex-colaboradores da EPL. A variação negativa de 45,34% foi motivada em função de que em 2015 foi efetuada provisão de R\$ 366.580,09 por força de 11 processos judiciais trabalhistas da 10ª Vara.

3.41 – RECEITA FINANCEIRA - R\$ 980.074,58 correspondem aos ganhos em 2016 de R\$ 919.250,19 sobre aplicação financeira efetuada na Caixa Econômica Federal, agência governo, multas aplicadas a empresas prestadoras de serviços para a EPL, R\$ 49.748,10 e atualização monetária de recolhimentos efetuados a maior para o



INSS-SAT, face mudança do percentual de 3% para 1%, por ocasião da compensação com outros recolhimentos de INSS. A variação negativa de 42,87%, tendo em vista que em 2015 além das receitas financeiras sobre aplicação financeira no valor de R\$ 738.059,93, ainda ocorreram receitas de R\$ 977.570,78 correspondentes a aplicação de multa feita pela EPL.

3.42 – DESPESAS FINANCEIRAS – R\$ 6.331.996,24, correspondem basicamente às despesas contabilizadas relativas à atualização pela taxa SELIC, dos repasses efetuados pela União como AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, em cumprimento ao Decreto nº 2.673/98. Esse valor corresponde aos juros incidentes sobre os créditos de acionistas existentes em 31.12.2015, bem como os aplicados sobre os créditos recebidos em 2016, gerando um acréscimo de 57,20%.

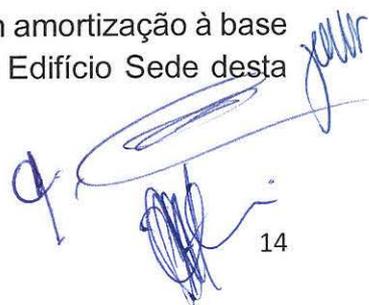
3.43 – RECEITA NÃO OPERACIONAL - R\$ 2.284,96 correspondem a ganho de capital obtido pela diferença entre o valor indenizado e o valor residual de um Notebook que havia sido extraviado pela empresa prestadora de serviço de suporte técnico de TI e comunicação.

3.44 – PREJUÍZOS - R\$ 20.387.612,22 ocasionado principalmente pelas apropriações de despesas não financeiras a saber:

Amortização de Intangíveis	12.069.428,52
Amortização de instalações em bens de terceiros	440.693,57
Amortização de Software	1.992.301,25
Depreciação de Bens Móveis	1.996.790,77
Atualização Monetária dos Créditos de Acionista	6.331.996,24
Provisões para Férias e Encargos	1.389.439,20
Provisão para Causas Trabalhistas	202.257,20
Total	24.422.996,24

Estas despesas correspondem:

- Amortização de Intangíveis - R\$ 12.069.428,52 correspondem as despesas apropriadas com amortização das imobilizações classificadas como intangíveis, a base 20% ao ano, de conformidade com o Regulamento do Imposto de Renda, Decreto nº 3.000/99, o qual determina esse percentual, com base na vida útil de cada bem.
- Amortização de Instalações em Bens de Terceiros – R\$ 440.693,57 correspondem as despesas apropriadas em 2016 com amortização à base 20% ao ano, das instalações que a EPL efetuou no Edifício Sede desta empresa.



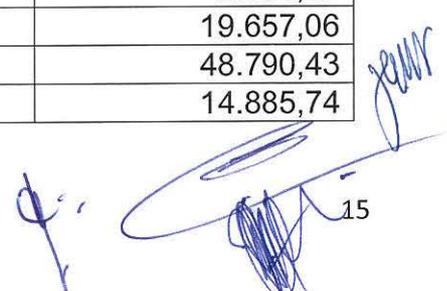
- c) Amortização de Software – R\$ 1.992.301,25 correspondem as despesas apropriadas em 2016, com amortização das imobilizações com Software, 20% ao ano.
- d) Depreciação com Bens Móveis – R\$ 1.996.790,77 correspondem as despesas apropriadas em 2016, derivadas da aplicação de taxas de depreciação aplicadas de forma linear, variando de 10% a 3,33% em conformidade com a vida útil dos mesmos.
- e) Atualização Monetária dos Créditos de Acionistas – R\$ 6.331.996,24 correspondem a correção dos repasses como AFAC-Adiantamento Para Aumento de Capital, contabilizados como crédito para aumento de capital, com aplicação da variação da taxa SELIC, nos termos do Decreto nº 2.673/98.
- f) Provisões para Férias e os Encargos Correspondentes – R\$ 1.389.439,20 correspondem ao valor apropriado como provisão para férias, pelo regime de competência à base de 1/12 ao mês trabalhado por cada profissional, conforme legislação do imposto de renda.
- g) Provisão para Causas Trabalhistas – R\$ 202.257,20 correspondem ao valor das despesas provisionadas para atender ações trabalhistas movidas contra a EPL, consideradas de riscos possíveis, conforme informação da Procuradoria Jurídica Geral da EPL.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

3.45 – AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIOR - R\$ 894.690,16 competência até 2015, efetuados em 2016, a saber:

Créditos	
Provisões constituídas à maior	145.006,36
Implantação SIADS no Almoxarifado, divergência de controle	29.869,04
Baixa de Adiantamento de 13º Salário indevido	9.758,08
Apropriação à maior de INSS	1.440,00
Ajuste de créditos da Agência Estado	672,01
Despesa reclassificada para Investimento	544.000,00
Estorno de Atualização Selic indevida	261.137,88
Total	991.883,37

Débitos	
Férias a pagar	2.866,67
Pagamento de FGTS	19.657,06
Pagamento remuneração compensatória	48.790,43
Ajuste de amortização de intangíveis	14.885,74



Ajuste de 13º Salário	5.750,00
Despesa de Copeiragem	4.399,06
Valor a recuperar por irrelevância	424,71
Complemento de INSS	145,50
Pagamento de tributo sobre fatura telefônica	274,04
Total	97.193,21

Saldo de Ajuste de Exercícios Anteriores	894.690,16
---	-------------------

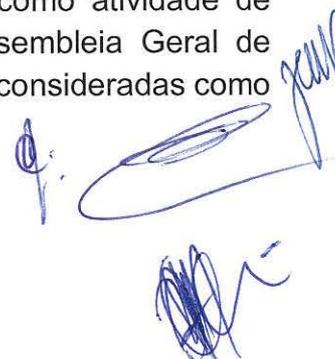
3.46 – RESULTADO DO EXERCÍCIO - R\$ 20.387.612,22 correspondem ao prejuízo de 2016, transferido para o Patrimônio Líquido, incorporando aos prejuízos acumulados para ser amortizado por determinação da Assembleia Geral de Acionistas.

3.47 – INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - R\$ 33.562.951,26 correspondem ao valor do aumento do Capital Social integralizado com os AFACs por determinação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 20/12/2016.

3.48 – BENEFÍCIOS CONCEDIDOS - R\$ 1.168.225,55 conforme orientação dada pelo CPC (R1) - Comitê de Pronunciamento Contábil nº 33, relacionamos abaixo os benefícios que os profissionais da EPL receberam em 2016:

Auxílio Transporte a empregados e estagiários	34.304,08
Auxílio Alimentação	792.972,11
Assistência Médica	257.066,68
Adicional por Tempo de Serviço (Pessoal requisitado com ônus)	62.451,98
Plano de Previdência Complementar	19.524,50
TOTAL	1.166.319,35

3.49 – FLUXO DE CAIXA: Elaboramos o Fluxo de Caixa, considerando os recursos recebidos da União para custeio e para investimentos como atividade de financiamento, conforme recomendação constante na Ata da Assembleia Geral de Acionista, porém, as despesas de custeio e as receitas próprias são consideradas como atividade operacional.



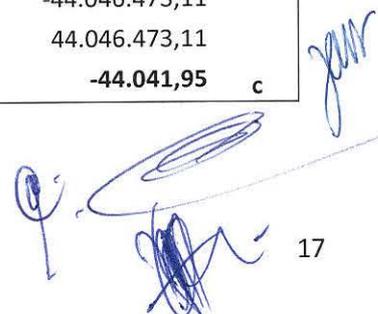
QUADRO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO SALARIAL EPL

Relação	Gratificação			Benefícios			
				Saúde			Refeição
	Menor	Maior	Média	Menor	Maior	Média	
Conselheiros	3.171,08	3.171,08	3.171,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Diretores	29.274,26	29.274,26	29.274,26	0,00	0,00	0,00	429,00
Demais	2.750,00	22.000,00	9.762,01	102,00	205,00	141,87	667,90

QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS LEIS 6.404/76 E 4.320/64

Em atendimento ao Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União de 06/11/2006, apresentamos o quadro dos saldos levantados pelo sistema contábil Societário e sistema SIAFI, em 31/12/2016, com as respectivas informações:

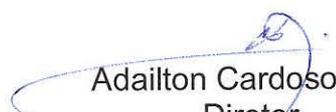
	BALANÇO PATRIMONIAL			
	SOCIETÁRIO	SIAFI	DIFERENÇA	NOTA
	ATIVO			
Disponível	11.317.240,76	11.317.240,76		
Estoques	136.781,91	136.781,91		
Adiantamentos	259.516,94	304.337,64	-44.820,70	a
Outros Valores a Receber	962.680,64	962.680,64		
Impostos a recuperar	628.392,52	628.392,52		
Impostos e Contribuições	3.209,94	3.209,94		
Despesas Diferidas	79.343,75	79.343,75		
Descentralização de Crédito e Convênios	6.584.654,64	6.584.654,64		
Depósito Recursal / Judicial	372.138,75	371.360,00	778,75	b
Imobilizado	8.224.231,36	52.270.704,47	-44.046.473,11	
Intangível	45.141.894,35	1.095.421,24	44.046.473,11	
Total Ativo	73.710.085,56	73.754.127,51	-44.041,95	c



	PASSIVO			
Contas a pagar	876.659,48	874.801,71	1.857,77	d
Consignações a recolher	4.818,74	4.818,74		
Encargos Sociais a recolher	606.520,15	757.676,44	-151.156,29	e
Fornecedores	1.188.065,01	1.187.243,97	821,04	f
Outros Credores	16.764,97	16.764,97		
Passivo Cauções	3.980,20	3.980,20		
Provisões	1.678.996,25	1.678.996,25		
Crédito para Aumento de Capital	25.611.007,90	25.903.194,35	-292.186,45	g
Capital Social	83.562.951,26	83.562.951,26		
Prejuízo Acumulado	-39.839.678,40	-40.236.300,38	396.621,98	h
Total Passivo	73.710.085,56	73.754.127,51	-44.041,95	i

- a) Diferença gerada pela baixa da conta de Adiantamento de 13º Salário, ocorrida na contabilidade geral, após o fechamento do SIAFI.
- b) Valor referente a correção dos depósitos judiciais ocorridos na contabilidade geral, após fechamento do SIAFI.
- c) Total se refere aos itens “a” e “b”.
- d) Refere-se a divergência de apropriação da folha de pagamento na contabilidade geral, Lei 6.404/76, pois no SIAFI, Lei 4.320/64, só há possibilidade de registrar a liquidação e pagamento, e não provisão.
- e) Refere-se a provisões de 13º Salário e Férias, contabilizadas na contabilidade geral após fechamento do SIAFI.
- f) Trata-se da apropriação da fatura de consumo de água, contabilizada na contabilidade geral após fechamento do SIAFI.
- g) Valor referente à divergência de cálculo da Taxa SELIC sobre os AFACs recebidos, método de cálculo alterado conforme orientação da COPAR/STN, em 03/02/2017.
- h) Composição referente a apropriações ocorridas na contabilidade geral após o fechamento do SIAFI.
- i) Total se refere aos itens “d” ao “h”.


José Carlos Medaglia Filho
Diretor Presidente
CPF: 388.908.520-20


Adailton Cardoso Dias
Diretor
CPF: 159.812.585-00


Maurício Pereira Malta
Diretor
CPF: 507.460.655-15


Francisco Antonio Martins
Contador
CRC - MA-001855/O-8-T-DF